

O número de Setembro/Outubro. Ao cair da folha...

ALEXANDRE DE SOUSA PINTO

Já inverno começado chegou-nos este número, de data outonal, da nossa Revista. Tão agradável, útil e interessante como os anteriores, um prazer a que esta equipa editora da Revista nos vem a habituar.

Dois editoriais, um artigo original, uma revisão, um artigo de prática e outro de formação, todos instrutivos e de leitura muito agradável, constituem uma estimulante oferta de dinamização cultural que, se não é demasiado diversificada, é paralela às capacidades de produção e de absorção dos clínicos gerais portugueses.

Para além do interesse geral de todos os artigos, que me apraz realçar, dois aspectos me prenderam a atenção de um modo especial.

O primeiro é o relativo menosprezo pelos médicos de família portugueses das virtudes dos diuréticos e dos bloqueadores beta no tratamento da hipertensão e da convergência dessa atitude com o que se observa nos nossos colegas catalães. Com efeito, esta observação encontra-se tanto no estudo feito por Ana Paula Martins *et al.* na rede dos médicos sentinelas, como num estudo mencionado *en passant* no interessante artigo de Diogene & Rodriguez sobre o Instituto Catalão de Farmacologia. É interessante verificar que tanto na Catalunha como em Portugal o uso dos bloqueadores beta e dos diuréticos no

tratamento da hipertensão é consideravelmente inferior ao que seria de esperar das recomendações do *Joint National Committee*. Estas recomendações são, contudo, bem difundidas e bem conhecidas em Portugal e suponho que o serão também na Catalunha. A preferência pelos IECA torna o tratamento da hipertensão consideravelmente mais dispendioso, sem assegurar melhores resultados ou melhor tolerância. Ainda que esteja por demonstrar, é tentador atribuir esta tendência despesista à influência da indústria produtora dos IECA, drogas com maior interesse comercial, influência essa que poderá ser simétrica nos dois países. Poderá haver aqui algo que deveria merecer a atenção do Ministério da Saúde, sempre a braços com falta de fundos.

O segundo ponto que me atraiu a atenção foi a forma como se constituiu e desenvolveu a dita Fundação do Instituto Catalão de Farmacologia. Vale a pena ler o artigo para ver como, ao contrário do que é costume aqui na nossa terra, este Instituto se constituiu de baixo para cima. Começou como um modesto grupo de Farmacologia clínica encarregado de ensinar prescrição racional aos finalistas do curso de Medicina da Universidade Autónoma de Barcelona. À medida que foi adquirindo gente competente e capacidade de acção foi alargando a sua influência da pré à pós-graduação e à EMC e viu a sua autoridade reconhecida e aproveitada pelo

Ministério da Saúde, para quem realiza um programa de farmacovigilância e para quem faz um Índice Farmacológico. Um percurso que se iniciou em 1974 e continua com uma acção pujante em 2001. Aqui, nunca seria assim. As instituições que nascem de baixo para cima são geralmente combatidas e vítimas de perseguições. Medram as que nascem do nada, por decreto, portaria ou despacho, dando expressão às convicções salvíficas de um qualquer iluminado, e criando numerosos lugares a preencher por outros tantos *boys* subitamente acometidos de um ataque de competência na matéria em causa. Para as primeiras, os rigores da lei e que se arranjam por si. Para as segundas, o OGE é sempre um pai compreensivo e meio cegueta, sempre disposto a perdoar e a pagar os erros e até a investir mais para ver se se consegue demonstrar a sagacidade do seu criador.

Interessante é também o artigo em que Carlos Príncipe Ceia sistematiza com sucesso os princípios que devem presidir à formação de uma lista de utentes a atribuir a um interno de Medicina Geral e Familiar, na fase final do seu internato. O problema é dissecado com pormenor e exactidão em toda a sua complexidade, deixando-nos contudo alguma dúvidas sobre se será muitas vezes possível, na prática, dar satisfação a todos os condicionalismos enunciados. Ao assunto se refere também o editorial muito lúcido de Ricardina Barroso, apontando, contudo, a diferença da formação para a aquisição de competência – isto é, conhecimentos – para a aquisição de capacidade – isto é, potencial para inovar e melhorar o desempenho próprio. A exaustiva análise de Carlos Ceia dirige-se, seguramente, mais à aquisição de competência do que à de capacidade que, eventualmente, deverá ser conseguida noutras áreas de formação.

Completa este número da revista um artigo, dito de revisão, sobre o puerpério. Trata-se, melhor, de um trabalho de

índole escolar com uma descrição muito completa dos problemas clínicos do puerpério. A descrição é muito completa e bem sistematizada, de leitura muito agradável e como tal de manifesta utilidade, mas é mais um capítulo de um livro ou manual do que um artigo de revisão. Com efeito, descreve em certo pormenor todos os problemas clínicos do puerpério referindo os conhecimentos comuns que se encontram em qualquer livro de texto, em vez de analisar a literatura a partir da última revisão razoavelmente completa, para discutir e criticar os avanços que eventualmente tenham sido feitos. A revisão da literatura em relação a qualquer problema destina-se realmente a avaliar criticamente os progressos que foram feitos ou tentados, com o objectivo de determinar o que dessas tentativas deverá ser acrescentado ou subtraído ao conhecimento corrente e não a repetir ou resumir todo o conhecimento corrente. Fazendo-o, obtém-se artigos de extensão excessiva onde o que interessa ler aparece disperso no meio do que não passa de repetição do que já toda a gente sabe. De um modo geral as revistas médicas não aceitam publicar 20 ou mais páginas de repetição de conhecimentos correntes, mas em certas ocasiões poderão sentir-se tentadas a aproveitar este tipo de originais. Não nego a utilidade prática de trabalhos escolares desta natureza, quer para demonstração dos conhecimentos de quem os faz, quer para tornar mais acessível um texto que permite a quem o lê uma revisão dos seus conhecimentos. Mas creio que os internos deveriam ser estimulados a fazer uma revisão mais crítica dos factos e ideias novas que aparecem, num período definido. Penso que seria, para eles, uma oportunidade de ler com maior reflexão e exigência metodológica e a publicação teria interesse mais generalizado. E ajudá-los-ia a construir capacidade, para além de adquirirem competência.